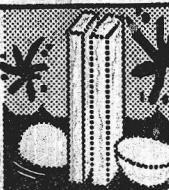


CPI - Orçamento
26

**“O relatório tem
maioria folgada na
CPI” (Elcio Alvares)**

**Votação deve
começar às 9h de
amanhã**



Acordo garante o apoio a relatório da CPI

■ Parlamentares do PMDB, PFL, PPR, PSDB, PTB e PRN acertaram todas as polêmicas nas subcomissões para votar em bloco

BRASÍLIA — O relatório final da CPI do Orçamento ainda não está concluído, mas o relator Roberto Magalhães (PFL-PE) tinha conseguido até o fim da tarde de ontem o apoio de cerca de 70% dos titulares da comissão ao texto que apresentará amanhã para votação. Preocupados com o clima de tensão crescente na reta final dos trabalhos, o presidente Jarbas Passarinho (PPR-PA) e seu vice Odacir Klein (PMDB-RS) aliaram-se a Magalhães com um único objetivo: articular um acordo político para garantir apoio total ao relatório. Do lado de fora da comissão, parlamentares influentes também se mobilizaram para canalizar apoio político ao relator. O acordo é o principal instrumento do comando da CPI para garantir uma votação célere, condição número um para evitar os temidos tumultos, com agressões físicas e verbais. Na noite de terça-feira, a tensão na CPI cresceu muito e continuou ontem mesmo com a decisão de Bisol, que decidiu justificar cada nome da lista de cassações que apresentou.

“O relatório de Magalhães já tem o apoio incondicional de maioria folgada na CPI”, revelou ontem o senador Elcio Alvares (PFL-ES) a um deputado que participa das negociações. Parlamentares do PMDB, PFL, PPR, PSDB, PTB e PRN que participam da comissão acertaram encerrar todas as polêmicas nas subcomissões. Na votação em plenário, prevista para começar amanhã, o relatório é a sentença final que será aprovada em bloco pelo grupo.

A ideia é superar as discordâncias nas quatro subcomissões. Com isto, acredita-se que será possível isolar e neutralizar a atuação dos “radicais” no plenário. Na relação

dos radicais, os petistas Aloízio Mercadante e Eduardo Suplicy, além do líder do PDT na Câmara, Luiz Salomão (RJ) e do deputado Sérgio Miranda (PC do B-MG).

“Dentro do plenário nós não temos siglas”, resumiu o deputado Pedro Pavão (PPR-SP), explicando que o consenso surgirá de forma transparente, em torno de um trabalho exaustivamente discutido. Todos os casos polêmicos estão sendo acompanhados cuidadosamente pelo relator e pelo deputado Roberto Rollemberg (PMDB-PE), encarregado de dar o parecer final sobre os quatro pernambucanos envolvidos. As maiores contestações ocorreram na Subcomissão de Patrimônio, coordenada por Bisol. Mas, segundo um dos caciques da

CPI, “a situação foi suavizada com uma boa conversa entre Bisol e Passarinho” na terça-feira.

Regras — Feito o acerto político, Passarinho reuniu o plenário da CPI no fim da tarde para definir as regras regimentais que vão para a sessão de votação, marcada para as 9h de amanhã. A CPI decidiu que a leitura do relatório — cerca de 300 páginas que deverão tomar as dez primeiras horas de trabalho — será dividida entre o relator e os deputados Roberto Rollemberg, Fernando Freire (PPR-RN) e Lázaro Barbosa (PMDB-GO). Durante a leitura, não será admitida nenhuma intervenção ou questão de ordem.

Os titulares e suplentes — 44



O relator Roberto Magalhães (E), apertando a mão de Passarinho, teve apoio político para seu relatório

Brasília — Arnaldo Schulz